

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## O que eles pensam

Os políticos que acompanharam Lula à Ásia consideram que o presidente ainda está no páreo para 2026 e, por isso, não farão nada que possa comprometer, de fato, a agenda do governo. E isso inclui deixar em banho-maria o projeto de anistia para os enroscados em 8 de janeiro.

## Segurem o MDB

No PT, já existe quem apresente o ministro dos Transportes, Renan Filho, como um possível candidato a vice na chapa de Lula. Só tem um probleminha: Renan hoje é pré-candidato a governador de Alagoas e está difícil mudar esse rumo. O outro nome na roda e que está há mais tempo é o do governador do Pará, Helder Barbalho, o anfitrião na COP30, a cúpula do clima das Nações Unidas, em novembro.

## Deixa estar...

Em conversa com a coluna, o líder do União Brasil, senador Efraim Filho, é muito franco ao se referir à pré-candidatura do governador Ronaldo Caiado ao Planalto. “Caiado tem todo o respeito do União Brasil, vai aproveitar este ano de 2025 para rodar o país e tentar se viabilizar. A decisão final será em 2026, por uma candidatura própria ou aliança”, afirma.

## ... para ver como é que fica

Por enquanto, o União Brasil continua dividido entre várias alas. Uma pede candidatura própria, outra prefere apoiar Lula, e uma terceira quer apostar suas fichas no governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

## O MDB prepara outro lado da ponte

Depois do documento Ponte para o futuro, lançado em outubro de 2015, ainda no governo Dilma Rousseff, o MDB começa a elaborar um novo plano. A peça conterá uma reflexão sobre o país, a necessidade de se apostar numa sociedade capaz de cuidar de seu destino, com educação voltada à ciência e tecnologia, à inteligência artificial, à sustentabilidade, à reciclagem e à nova economia. Por enquanto, é só uma proposta, com várias sugestões ao governo Lula. Tal e qual foi feito no período de Dilma.



» » » » »

**A história ensina/** Há 10 anos, o Ponte para o futuro trouxe uma série de projetos para o país, incluindo reforma da Previdência, mudanças na legislação trabalhista e limite de gastos, implementado no governo Michel Temer. O impeachment de Dilma Rousseff começou a caminhar na Câmara em dezembro daquele ano. Mais tarde, já presidente da República, Michel Temer afirmou, em um almoço oferecido pelo Council of The Americas, em Nova York, que o impeachment só aconteceu porque o governo Dilma recusou o Ponte para o futuro. Agora, o partido não pensa em impeachment nem há motivos para isso. Porém, muitos apostam que uma parcela do MDB já começa a dar os primeiros passos para o caso de precisar se afastar do governo Lula em 2026.

## Olha o PNE aí

Coube ao atual presidente da Câmara, Hugo Motta, instalar a comissão especial para analisar o Plano Nacional de Educação para o decênio de 2024 a 2034 (PNE), que deveria ter sido aprovado no ano passado. Quem vai presidir o colegiado é a deputada Tabata Amaral (PSB-SP). O deputado Duarte Jr. (PSB-MA) disse que integrantes da comissão de pessoas com deficiência estarão ali, cobrando a educação inclusiva. O Senado já havia se adiantado nas discussões ouvindo organizações ligadas aos jovens com deficiências para melhorar o texto e a inclusão nas escolas.

## CURTIDAS

**Tem gente vendo fantasma/** Quem esteve no jantar de Lula com os senadores, esta semana, saiu com a certeza de que o presidente tem plena consciência das dificuldades que seu governo enfrenta. E ainda não entende por que sua popularidade continua tão baixa. No PT, já tem gente falando em teoria da conspiração por parte dos institutos de pesquisa, o que não ajudará a resolver o problema.

**O reforço à democracia/** O RenovaBR, escola de formação política que seleciona e prepara aqueles que desejam concorrer a um mandato eletivo, representou o Brasil no Skoll World Forum 2025, em Oxford, na Inglaterra, esta semana. O evento reúne instituições comprometidas com a transformação social e, neste ano, os debates estiveram centrados na necessidade de fortalecimento da democracia.

RenovaBR divulgação



**O recado do RenovaBR/** Do alto de uma escola que desde 2017 formou 3.500 candidatos, dos quais 440 foram eleitos, o RenovaBR foi incisivo ao mencionar o que falta por aqui: “Organizações como a nossa, que trabalham em defesa da democracia, promovem o diálogo e reforçam o valor de uma política pública baseada em evidências, guiada por ética e transparência — que ainda faltam muito no mundo de hoje. O desafio é fazer com que as lideranças políticas se mantenham fiéis aos seus projetos e entreguem à população aquilo que ela realmente precisa”, afirmou a diretora de Assuntos Institucionais e Internacionais do RenovaBR e Skoll fellow de 2024, Bruna Barros (foto).

## PODER

## Avanço em Imposto de Renda e IA

Presidente da Câmara cria comissões para discutir isenção do IR de quem ganha até R\$ 5 mil e propostas sobre inteligência artificial e PNE

» ISRAEL MEDEIROS

Depois de definir o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) como relator do projeto de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês, o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), oficializou, ontem, a criação da comissão especial que vai discutir o texto. Já havia acordo para que ela fosse presidida pelo deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA).

Desde a campanha, Motta dizia que trabalharia para retomar o protagonismo das comissões na Câmara, tanto as permanentes quanto as temporárias. A postura vai no sentido contrário ao que fazia Lira, que frequentemente determinava que projetos de interesse do governo e do Parlamento pulassem a etapa de discussão nas comissões especiais e temáticas para que terminassem mais rápido.

Com as comissões funcionando normalmente, a chance de vários deputados colherem os frutos políticos é maior, já que mais congressistas são envolvidos no processo de discussão dos textos.

A comissão especial que vai tratar do Imposto de Renda será composta por 33 membros titulares e 33 suplentes. Haverá, ainda, um titular e um suplente extras para atender ao regimento interno da Câmara, que prevê rodízio entre as bancadas não contempladas.

Na quinta-feira, o líder do PT na Casa, Lindbergh Farias (PT-RJ), havia comemorado a escolha de Lira para a relatoria da proposta, vista pelo governo como uma aposta para melhorar a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está em queda livre.

Motta também oficializou, nesta sexta, a criação de outras duas comissões. Uma delas é a que vai analisar o Projeto de Lei 2.338 de 2023, que regulamenta o uso de inteligência artificial no Brasil. O texto é de autoria do ex-presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e foi aprovado pela Casa Alta em dezembro do ano passado.

Entre outras coisas, a proposta divide os modelos de inteligência artificial em níveis de risco e impacto na vida humana, com regras específicas para cada um. O texto também prevê normas para o treinamento de modelos de IA, incluindo a utilização de conteúdo protegido por direitos autorais e direito de imagem.

## Plano de educação

Outra comissão também criada por Motta ontem é que vai analisar o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Para presidir-la, o presidente da Câmara escolheu a deputada Tabata Amaral (PSB-SP). Já o relatório ficará com o deputado Moses Rodrigues (União Brasil-CE).

Motta anunciou, ainda, que o deputado Romero Rodrigues (Podemos-PB) vai presidir a comissão que discutirá a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66, de 2023, cujo objetivo é tratar da renegociação de dívidas previdenciárias dos municípios. Os partidos já começaram a indicar os integrantes do colegiado.

A data de instalação dessa e das demais comissões será definida por Motta quando os líderes escolherem os nomes dos integrantes, o que deve ocorrer na semana que vem.

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Presidente da Câmara, Hugo Motta devolve às comissões da Casa o protagonismo retirado pelo antecessor

10 MILHÕES

Número de pessoas que vão ser beneficiadas com a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil

R\$ 4.356

Economia anual que terá quem recebe até R\$ 5 mil, com a aprovação da isenção do IR

## AGU recorre contra indenização a Bolsonaro

A Advocacia-Geral da União (AGU) entrou com um recurso, ontem, contra a decisão da 17ª Vara Federal de Brasília que condenou o governo federal a pagar uma indenização ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro por danos morais, após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) acusá-los de sumir com os móveis do Palácio do Planalto.

A AGU alegou que as declarações do petista ocorreram “no contexto do exercício de sua função constitucional e com o objetivo de resguardar o patrimônio público”.

O órgão afirmou, ainda, que “por se tratar de uso, conservação e posse de bens públicos, faz-se necessária toda publicidade a inconsistências eventualmente verificadas”.

As declarações de Lula e da primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, foram feitas no início de 2023, logo após a posse. À época, o casal alegou que o Palácio da Alvorada estava em mau estado de conservação e que diversos objetos teriam desaparecido após a saída de Bolsonaro e Michelle.

Dez meses depois, os 261 itens inicialmente dados como ausentes foram localizados dentro da

própria residência oficial. Antes da descoberta, o casal presidencial comprou peças de luxo, justificando a aquisição pela ausência dos objetos.

No recurso, a AGU alegou que “foi relatado, simplesmente, o mau estado de conservação de móveis e do ambiente, além da não localização de inúmeros itens, fato constatado pela equipe inventariante ainda sob a gestão do governo anterior”.

Conforme sustentou a AGU, “em nenhum momento, a ação proposta apontou, concretamente, uma fala do atual presidente da República por meio da qual ele imputaria diretamente

aos autores qualquer conduta criminosa”.

Na época das acusações, Michelle disse que os objetos estavam guardados no depósito e que o casal petista tentava fazer uso político acusando a ela e a Bolsonaro de sumirem com o patrimônio da Alvorada. O ex-presidente, por sua vez, acusou Lula de fazer uma “falsa comunicação de furto”.

Em setembro do ano passado, a Justiça Federal do DF condenou a União a pagar indenização de R\$ 15 mil por danos morais a Bolsonaro e Michelle. Para o juiz Diego Câmara, que assinou a decisão, houve “dano à honra objetiva e subjetiva” do casal.